



3

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA
SEGUNDA EMISSÃO DE PARNAÍBA GÁS NATURAL S.A.**

Celebram este "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Segunda Emissão de Parnaíba Gás Natural S.A." ("Escritura de Emissão"):

- I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures");

PARNAÍBA GÁS NATURAL S.A., sociedade por ações sem registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo 66, 3º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o n.º 11.230.122/0001-90, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33.3.0030097-0, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia"); e

- II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debênturistas");

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3900, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 67.030.395/0001-46, neste ato representada nos termos de seu contrato social ("Agente Fiduciário");

que resolvem celebrar esta Escritura de Emissão, de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A emissão das Debêntures, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Emissão"), a oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação das Debêntures, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), a outorga das Garantias (conforme definido abaixo), e a celebração desta Escritura de Emissão, dos demais Documentos das Obrigações (conforme definido abaixo) e do Contrato de

2



Distribuição (conforme definido abaixo), serão realizadas, conforme aplicável, com base nas deliberações:

- I. da assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia realizada em 19 de fevereiro de 2014 ("AGE da Companhia");
- II. da reunião de cotistas do Cambuhy I Fundo de Investimentos em Participações ("Cambuhy FIP") realizada em 18 de fevereiro de 2014 ("RC do Cambuhy FIP"); e
- III. da reunião do conselho de administração da Eneva S.A. ("Eneva") realizada em 6 de fevereiro de 2014 ("RCA da Eneva").

1.1.1 Para os fins desta Escritura de Emissão:

- I. "Contrato de Alienação Fiduciária" significa o "Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia", celebrado em 19 de fevereiro de 2014, entre as Outorgantes, o Agente Fiduciário e a Companhia, e seus aditamentos;
- II. "Contrato de Cessão Fiduciária" significa o "Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia", celebrado em 19 de fevereiro de 2014, entre a Companhia e o Agente Fiduciário, e seus aditamentos;
- III. "Contratos de Garantia" significam o Contrato de Alienação Fiduciária e o Contrato de Cessão Fiduciária;
- IV. "Contrato de Assunção de Obrigações" significa o "Contrato de Assunção de Obrigações e Outras Avenças", celebrado em 19 de fevereiro de 2014, entre o Cambuhy FIP, Cambuhy Investimentos Ltda. ("Cambuhy Investimentos"), o Agente Fiduciário e a Companhia, e seus aditamentos;
- V. "Documentos das Obrigações" significam esta Escritura de Emissão, o Contrato de Alienação Fiduciária, o Contrato de Cessão Fiduciária, o Contrato de Assunção de Obrigações, o Contrato de Depositário (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) e os demais documentos e/ou aditamentos mencionados por ou relacionados aos instrumentos referidos acima; e
- VI. "Outorgantes" significam o Cambuhy FIP, a Eneva, DD Brazil Holdings S.à.r.l. ("E.ON") e qualquer outra outorgante.



2. REQUISITOS

2.1 A Emissão, a Oferta, a outorga das Garantias e a celebração desta Escritura de Emissão, dos demais Documentos das Obrigações e do Contrato de Distribuição, serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

- I. *arquivamento e publicação das atas dos atos societários.* Nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações:
 - (a) a ata da AGE da Companhia será arquivada na JUCERJA e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("DOERJ") e no jornal "Diário Mercantil";
 - (b) a ata da RC do Cambuhy FIP será arquivada no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos; e
 - (c) a ata da RCA da Eneva foi arquivada na JUCERJA em 11 de fevereiro de 2014 e publicada no DOERJ e no jornal "Diário Mercantil" em 17 de fevereiro de 2014;
- II. *inscrição desta Escritura de Emissão.* Nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, esta Escritura de Emissão e seus aditamentos serão inscritos na JUCERJA;
- III. *constituição da Alienação Fiduciária.* Observado o disposto na Cláusula 6.11 abaixo, a Alienação Fiduciária (conforme definido abaixo) foi formalizada por meio do Contrato de Alienação Fiduciária, e será constituída, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária, mediante (a) a averbação da Alienação Fiduciária no livro de registro de ações da Companhia; e (b) o registro do Contrato de Alienação Fiduciária no(s) competente(s) cartório(s) de registro de títulos e documentos;
- IV. *constituição da Cessão Fiduciária.* Observado o disposto na Cláusula 6.12 abaixo, a Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo) foi formalizada por meio do Contrato de Cessão Fiduciária, e será constituída, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, mediante o registro do Contrato de Cessão Fiduciária no(s) competente(s) cartório(s) de registro de títulos e documentos;
- V. *formalização do Aporte de Capital ou da Opção de Venda das Debêntures.* Observado o disposto nas Cláusulas 6.11.4 a 6.11.10 abaixo, o Aporte de Capital (conforme definido abaixo) e a Opção de Venda das Debêntures (conforme definido abaixo) foram formalizados por meio do Contrato de Assunção de Obrigações;
- VI. *registro para distribuição.* As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de



Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP;

- VII. *registro para negociação e custódia eletrônica.* Observado o disposto na Cláusula 5.4 abaixo, as Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- VIII. *registro pela CVM.* A Oferta está automaticamente dispensada de registro pela CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação; e
- IX. *registro pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA").* A Oferta será objeto de registro pela ANBIMA, nos termos do artigo 1º, parágrafo 2º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", apenas para fins de envio de informações para a Base de Dados da ANBIMA.

3. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA

- 3.1 A Companhia tem por objeto social, mediante autorização ou concessão da União, a pesquisa, a lavra, o refino, o processamento, o comércio e o transporte de petróleo proveniente de poço, de xisto e de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, apoio marítimo e apoio portuário para auxílio à exploração e produção de petróleo e gás no mar, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins. A Companhia poderá, ainda, para a consecução de seu objeto, participar do capital de outras sociedades ou, ainda, de consórcios com outras sociedades.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados (i) para o refinanciamento do passivo financeiro e a recomposição do capital de giro da Companhia; e (ii) o saldo, se houver, para usos corporativos gerais.



5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

- 5.1 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob o regime de garantia firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures, nos termos do "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Segunda Emissão de Parnaíba Gás Natural S.A." ("Contrato de Distribuição"), com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), tendo como público alvo investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").
- 5.2 *Prazo de Subscrição.* Respeitado o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula 2 acima, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição da Oferta, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.
- 5.3 *Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização.* As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do MDA, por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme definido abaixo) até a respectiva Data de Integralização.
- 5.4 *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21. As Debêntures somente poderão ser negociadas por meio do CETIP21 depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data da respectiva subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, exceto se a Companhia obtiver o registro de que trata o artigo 21 da Lei do Mercado de Valores Mobiliários.

6. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

- 6.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a segunda emissão de debêntures da Companhia.
- 6.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão será de até R\$745.000.000,00 (setecentos e quarenta e cinco milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo), observado o disposto na Cláusula 6.3 abaixo.





- 6.3 *Quantidade.* Serão emitidas até 74.500 (setenta e quatro mil e quinhentas) Debêntures, sendo que eventual saldo de Debêntures não colocado no âmbito da Oferta será cancelado pela Companhia por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, sem a necessidade de realização de deliberação societária da Companhia ou de realização de assembleia geral de Debenturistas.
- 6.4 *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"), observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Instrução CVM 476.
- 6.5 *Séries.* A Emissão será realizada em série única.
- 6.6 *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador (conforme definido abaixo), e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido, por esta, extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.
- 6.7 *Escriturador Mandatário.* A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus s/n.º, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Escriturador").
- 6.8 *Banco Liquidante.* A instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Debêntures é Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus s/n.º, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante").
- 6.9 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia.
- 6.10 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, consistindo na Alienação Fiduciária, nos termos da Cláusula 6.11 abaixo, e na Cessão Fiduciária, nos termos da Cláusula 6.12 abaixo.
- 6.11 *Alienação Fiduciária.* Observado o disposto na Cláusula 6.11.1 abaixo, inciso II, em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento das obrigações, pecuniárias ou não, principais e acessórias, decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações, deverá ser constituída, até a 1ª (primeira) Data de Integralização, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, alienação fiduciária de



9

ações de emissão da Companhia e demais direitos relacionados, conforme previsto no Contrato de Alienação Fiduciária ("Alienação Fiduciária").

6.11.1 Fica desde já certo e ajustado que:

- I. o Contrato de Alienação Fiduciária entrará em vigor e será válido a partir da data de sua celebração; e
- II. exclusivamente com relação à Alienação Fiduciária das Ações Alienadas Fiduciariamente de titularidade da Eneva, somente passará a ser eficaz, nos termos do artigo 125 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), independentemente de qualquer formalidade adicional, a partir da data de liberação do ônus existente sobre as Ações Alienadas Fiduciariamente de titularidade da Eneva nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças", celebrado em 4 de novembro de 2013, entre a Eneva, Planner Trustee D.T.V.M. Ltda. (na qualidade de agente de garantia, em nome e para o benefício de Banco Itaú BBA S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Morgan Stanley Bank, N.A. e Banco Morgan Stanley S.A.) e a Companhia, e seus aditamentos ("Ônus Existente"), liberação esta que deverá ocorrer no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis (conforme definido abaixo) contados da 1ª (primeira) Data de Integralização.

6.11.2 Nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária, deverá ser mantida, na Alienação Fiduciária ("Percentual da Alienação Fiduciária"):

- I. até a data de liberação do Ônus Existente, no prazo previsto na Cláusula 6.11.1 acima, inciso II, a totalidade das ações de emissão da Companhia de titularidade do Cambuhy FIP e da E.ON, que deverão corresponder à totalidade do capital social votante e total da Companhia, excluídas as ações de titularidade de OGX Petróleo e Gás S.A. - Em Recuperação Judicial ("OGX") e da Eneva;
- II. a partir da data a que se refere o inciso I acima e até a data a que se refere o inciso III abaixo, a totalidade das ações de emissão da Companhia de titularidade das Outorgantes, que deverão corresponder à totalidade do capital social votante e total da Companhia, excluídas as ações de titularidade da OGX; e
- III. até 30 de outubro de 2015, a totalidade do capital social votante e total da Companhia, observado o disposto nas Cláusulas 6.11.4 a 6.11.10 abaixo.

6.11.3 As disposições relativas à Alienação Fiduciária e ao Percentual da Alienação Fiduciária estão descritas no Contrato de Alienação Fiduciária, o qual é parte integrante, complementar e inseparável desta Escritura de Emissão.

9



10

6.11.4 Nos termos estabelecidos no Contrato de Assunção de Obrigações, após o término do prazo a que se refere a Cláusula 6.11.2 acima, inciso III, o Cambuhy FIP poderá, a seu livre e exclusivo critério, praticar um dos seguintes eventos de cura ("Eventos de Cura");

- I. praticar todos os atos necessários à capitalização da Companhia de forma que seja efetivamente realizado um aumento de capital na Companhia, efetivamente subscrito e integralizado em dinheiro, em moeda corrente nacional, no montante de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), observando-se o disposto no artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, em conformidade com o disposto no Contrato de Assunção de Obrigações ("Aporte de Capital"); ou
- II. outorgar aos Debenturistas opções de venda das Debêntures exercíveis em face de um veículo de investimento gerido por Cambuhy Investimentos ("Veículo de Investimento"), em conformidade com o disposto no Contrato de Assunção de Obrigações, observado o disposto nas Cláusulas 6.11.6 a 6.11.9 abaixo ("Opção de Venda das Debêntures"), cujo valor de exercício será equivalente ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva liquidação da Opção de Venda das Debêntures, sem qualquer prêmio, penalidade ou ágio ("Preço de Venda"), sendo certo que o valor total do exercício de tal Opção de Venda das Debêntures não poderá, em nenhuma hipótese, ultrapassar R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), nos termos da Cláusula 6.11.8 abaixo, podendo, entretanto, ser inferior a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) na hipótese de as Debêntures de titularidade dos Debenturistas que optarem por exercer a Opção de Venda das Debêntures não perfazerem tal montante, a ser calculado com base no Preço de Venda.

6.11.5 Desde que o Cambuhy FIP efetivamente conclua qualquer um dos Eventos de Cura, o Evento de Inadimplemento previsto na Cláusula 6.28.2 abaixo, inciso VII, deixará de configurar hipótese de vencimento antecipado nos termos desta Escritura de Emissão.

6.11.6 Caso o Evento de Cura indicado pelo Cambuhy FIP consista na outorga da Opção de Venda das Debêntures, (i) os Debenturistas somente poderão exercê-la em relação à totalidade das Debêntures de sua titularidade; e (ii) o preço de venda corresponderá ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde



a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva liquidação da Opção de Venda das Debêntures, sem qualquer prêmio, penalidade ou ágio.

- 6.11.7 Observados os termos do Contrato de Assunção de Obrigações, a implementação da Opção de Venda das Debêntures deverá ser precedida por aviso aos Debenturistas, ao Agente Fiduciário, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à CETIP, comunicando (i) a data em que se iniciará o período de 5 (cinco) Dias Úteis para que os Debenturistas, em conformidade com os procedimentos operacionais da CETIP, exerçam a Opção de Venda das Debêntures ("Período de Exercício"); e (ii) a data em que será realizada a liquidação da Opção de Venda das Debêntures. Tal comunicado deverá ser enviado com antecedência mínima de 1 (um) Dia Útil em relação ao início do Período de Exercício.
- 6.11.8 Caso o montante máximo estipulado na Cláusula 6.11.4 acima, inciso II, não seja suficiente para a aquisição da totalidade das Debêntures de titularidade dos Debenturistas que tenham exercido a Opção de Venda das Debêntures, o Veículo de Investimentos deverá adquirir Debêntures de forma proporcional entre os Debenturistas que tenham exercido a Opção de Venda das Debêntures nos termos da Cláusula 6.11.7 acima, sendo certo que o Veículo de Investimentos não estará obrigado, em nenhuma hipótese, a desembolsar mais do que R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) em decorrência do exercício da Opção de Venda das Debêntures.
- 6.11.9 Após o encerramento do Período de Exercício, a Companhia e o Agente Fiduciário deverão informar os Debenturistas se todas as Debêntures apresentadas para venda serão adquiridas pelo Veículo de Investimento ou se será necessário ajustar a quantidade, caso em que o Debenturista deverá seguir os procedimentos operacionais da CETIP para formalização das quantidades nos termos da Cláusula 6.11.8 acima, com antecedência mínima de 1 (um) Dia Útil da data de liquidação da Opção de Venda das Debêntures.
- 6.11.10 As demais disposições relativas à implementação dos Eventos de Cura estão descritas no Contrato de Assunção de Obrigações, o qual é parte integrante, complementar e inseparável desta Escritura de Emissão.
- 6.12 *Cessão Fiduciária.* Em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento das obrigações, pecuniárias ou não, principais e acessórias, decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações, deverá ser constituída, até a 1ª (primeira) Data de Integralização, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, cessão fiduciária dos seguintes direitos creditórios, bem como os respectivos documentos representativos, conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária ("Cessão Fiduciária", e, em conjunto com a Alienação Fiduciária, "Garantias");

12g

- I. a totalidade dos direitos creditórios de titularidade da Companhia, presentes e futuros, decorrentes de cada um dos contratos identificados no Contrato de Cessão Fiduciária ("Contratos Objeto da Cessão Fiduciária"), observado o percentual de titularidade da Companhia sob os respectivos Contratos Objeto da Cessão Fiduciária, conforme identificado no Contrato de Cessão Fiduciária ("Percentual da Companhia"), incluindo todos os direitos e acréscimos relacionados, seja a que título for, inclusive a título de encargos moratórios, multas e indenizações ("Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente");
- II. a totalidade (a) dos direitos creditórios de titularidade da Companhia contra o Depositário (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) em decorrência dos recursos recebidos e que vierem a ser recebidos por conta da Companhia em pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, mantidos em depósito na conta vinculada de titularidade da Companhia identificada no Contrato de Cessão Fiduciária ("Conta Vinculada"), independentemente de onde se encontrarem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária; e (b) dos direitos sobre a Conta Vinculada (as alíneas (a) e (b), em conjunto, "Créditos Bancários Cedidos Fiduciariamente"); e
- III. a totalidade dos créditos de titularidade da Companhia contra o Depositário decorrentes de certificados de depósito bancário com liquidez diária de emissão do Depositário ("Investimentos Permitidos"), que sejam realizados nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, sendo tais Investimentos Permitidos vinculados à Conta Vinculada ("Investimentos Permitidos Cedidos Fiduciariamente", e, em conjunto com os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente e os Créditos Bancários Cedidos Fiduciariamente, "Créditos Cedidos Fiduciariamente").
- 6.12.1 Nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, deverá ser mantida, na Cessão Fiduciária, Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente correspondentes à totalidade do Percentual da Companhia sob os respectivos Contratos Objeto da Cessão Fiduciária ("Percentual da Cessão Fiduciária").
- 6.12.2 As disposições relativas à Cessão Fiduciária, ao Percentual da Cessão Fiduciária e à Conta Vinculada estão descritas no Contrato de Cessão Fiduciária, o qual é parte integrante, complementar e inseparável desta Escritura de Emissão.
- 6.13 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 28 de fevereiro de 2014 ("Data de Emissão").

8



- 6.14 *Prazo e Data de Vencimento.* Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 6 (seis) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 28 de fevereiro de 2020 ("Data de Vencimento").
- 6.15 *Pagamento do Valor Nominal Unitário.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação será amortizado em 5 (cinco) parcelas anuais e sucessivas, na seguinte ordem:
- I. a primeira parcela, no valor correspondente a 11,20% (onze inteiros e vinte centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, devida em 28 de fevereiro de 2016;
 - II. a segunda parcela, no valor correspondente a 22,20% (vinte e dois inteiros e vinte centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, devida em 28 de fevereiro de 2017;
 - III. a terceira parcela, no valor correspondente a 22,20% (vinte e dois inteiros e vinte centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, devida em 28 de fevereiro de 2018;
 - IV. a quarta parcela, no valor correspondente a 22,20% (vinte e dois inteiros e vinte centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, devida em 28 de fevereiro de 2019; e
 - V. a quinta parcela, no valor correspondente ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, devida na Data de Vencimento.
- 6.16 *Remuneração.* A remuneração de cada uma das Debêntures será a seguinte:
- I. *atualização monetária:* o Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação não será atualizado monetariamente; e
 - II. *juros remuneratórios:* sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação incidirão juros remuneratórios correspondentes a 120% (cento e vinte por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI") ("Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis



decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de amortização antecipada das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, nos dias 28 (vinte e oito) dos meses de fevereiro e agosto de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 28 de agosto de 2014 e o último, na Data de Vencimento. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida na data de pagamento de Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário na Data de Emissão, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(TDI_k \times \frac{S}{100} \right) \right]$$

Sendo que:

k = número de ordem de TDI_k, variando de 1 (um) até n_{DI};

n_{DI} = número total de Taxas DI-Over, sendo "n_{DI}" um número inteiro;

S = 120,0000;

TDI_k = fator da Taxa DI-Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{360}} - 1$$



15

Sendo que:

$DI_k =$ Taxa DI-Over, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

Observações:

O fator resultante da expressão $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{5}{100}\right)\right]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{5}{100}\right)\right]$ sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "FatorDI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

- 6.16.1 Observado o disposto na Cláusula 6.16.2 abaixo, se, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, a Taxa DI não estiver disponível, será utilizado, em sua substituição, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Companhia e/ou os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.
- 6.16.2 Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI ou da data da proibição legal ou judicial, conforme o caso, convocar assembleia geral de Debenturistas para deliberar, em comum acordo com a Companhia e observada a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia e/ou os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da assembleia geral de

D



16

Debenturistas prevista acima, referida assembleia geral de Debenturistas não será realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão. Caso, na assembleia geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração das Debêntures entre a Companhia e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Companhia optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Companhia a comunicar o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima, o que ocorrer primeiro, qual a alternativa escolhida:

- I. a Companhia deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, caso em que, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente; ou
 - II. a Companhia deverá amortizar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estipulado pela Companhia, o qual não excederá a respectiva Data de Vencimento, observado que (a) caso a Companhia pretenda realizar a amortização em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre as Debêntures em circulação; e (b) durante o cronograma estipulado pela Companhia para amortização e até a integral quitação das Debêntures em circulação, as Debêntures em circulação farão jus à remuneração calculada com base em índices ou taxas referenciais definidos e apresentados pelos Debenturistas à Companhia na assembleia geral de Debenturistas prevista acima, de boa-fé e que reflitam a prática de mercado no momento de tal assembleia geral de Debenturistas.
- 6.17 *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada.
- 6.18 *Resgate Antecipado Facultativo.* Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, e com aviso prévio aos Debenturistas, ao Agente Fiduciário, ao

16



173

Escriturador, ao Banco Liquidante e à CETIP, de 10 (dez) Dias Úteis da data do evento, o resgate antecipado da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor do resgate antecipado (sendo que, para os fins de cálculo do prêmio, o valor do resgate antecipado significa o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento), correspondente a:

- I. 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento), caso o resgate antecipado ocorra entre a Data de Emissão, inclusive, e 28 de fevereiro de 2015, exclusive;
- II. 2,00% (dois por cento), caso o resgate antecipado ocorra entre 28 de fevereiro de 2015, inclusive, e 28 de fevereiro de 2016, exclusive;
- III. 1,50% (um inteiro de cinquenta centésimos por cento), caso o resgate antecipado ocorra entre 28 de fevereiro de 2016, inclusive, e 28 de fevereiro de 2017, exclusive; e
- IV. 1,00% (um por cento), caso o resgate antecipado ocorra entre 28 de fevereiro de 2017, inclusive, e a Data de Vencimento, exclusive.

- 6.19 **Amortização Antecipada Facultativa.** Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, e com aviso prévio aos Debenturistas, ao Agente Fiduciário, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à CETIP, de 10 (dez) Dias Úteis da data do evento, amortizações antecipadas sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debêntures em circulação, mediante o pagamento de parcela do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação a ser amortizada, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor da amortização antecipada (sendo que, para os fins de cálculo do prêmio, o valor da amortização antecipada significa a parcela do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação a ser

1



19

amortizada, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento), correspondente a:

- I. 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento), caso a amortização antecipada ocorra entre a Data de Emissão, inclusive, e 28 de fevereiro de 2015, exclusive;
- II. 2,00% (dois por cento), caso a amortização antecipada ocorra entre 28 de fevereiro de 2015, inclusive, e 28 de fevereiro de 2016, exclusive;
- III. 1,50% (um inteiro de cinquenta centésimos por cento), caso a amortização antecipada ocorra entre 28 de fevereiro de 2016, inclusive, e 28 de fevereiro de 2017, exclusive; e
- IV. 1,00% (um por cento), caso a amortização antecipada ocorra entre 28 de fevereiro de 2017, inclusive, e a Data de Vencimento, exclusive.

6.19.1 Os valores pagos a título de amortização do Valor Nominal Unitário serão sempre imputados de forma proporcional ao valor das parcelas vincendas de amortização do Valor Nominal Unitário constantes da Cláusula 6.19 acima, de forma automática e independentemente de qualquer formalidade adicional (inclusive independentemente de qualquer aditamento a esta Escritura de Emissão), mantendo-se inalteradas as datas de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário.

6.20 *Resgate Antecipado Obrigatório ou Amortização Antecipada Obrigatória.* No prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de realização do Aporte de Capital, conforme previsto na Cláusula 6.11.4 acima, inciso I, a Companhia deverá, realizar, com aviso prévio aos Debenturistas, ao Agente Fiduciário, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à CETIP, de 2 (dois) Dias Úteis da data do evento, a aplicação do valor do Aporte de Capital:

- I. caso o valor do Aporte de Capital seja igual ou superior ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, no resgate antecipado da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração

19



19

imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem qualquer prêmio ou penalidade; ou

- II. caso o valor do Aporte de Capital seja inferior ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, integralmente na amortização antecipada sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debêntures em circulação, mediante o pagamento de parcela do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação a ser amortizada, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem qualquer prêmio ou penalidade.

6.20.2 Os valores pagos a título de amortização do Valor Nominal Unitário serão sempre imputados de forma proporcional ao valor das parcelas vincendas de amortização do Valor Nominal Unitário constantes da Cláusula 6.19 acima, de forma automática e independentemente de qualquer formalidade adicional (inclusive independentemente de qualquer aditamento a esta Escritura de Emissão), mantendo-se inalteradas as datas de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário.

6.21 *Aquisição Facultativa.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e na regulamentação aplicável da CVM. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação.

6.22 *Direito ao Recebimento dos Pagamentos.* Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

6.23 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia, nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos demais Documentos das Obrigações, serão realizados pela Companhia (i) no que se refere a



20

pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração, a prêmio de resgate antecipado ou de amortização antecipada e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio da CETIP; ou (ii) nos demais casos, por meio do Escriturador ou na sede da Companhia, conforme o caso.

- 6.24 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da CETIP, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou declarado feriado nacional; (ii) com relação a qualquer obrigação pecuniária que não seja realizada por meio da CETIP, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e que não seja sábado ou domingo; e (iii) com relação a qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e que não seja sábado ou domingo.
- 6.25 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória de 2% (dois por cento) ("Encargos Moratórios").
- 6.26 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.
- 6.27 *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante ou ao Escriturador, conforme o caso, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às

20



Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

6.28 *Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.28.1 a 6.28.6 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos nas Cláusulas 6.28.1 e 6.28.2 abaixo (cada evento, um "Evento de Inadimplemento").

6.28.1 Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.28.3 abaixo:

- I. inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou prevista nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos demais Documentos das Obrigações, na respectiva data de pagamento, não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da respectiva data de pagamento;
- II. inadimplemento, pelo Cambuhy FIP, de qualquer obrigação, pecuniária ou não, prevista no Contrato de Assunção de Obrigações, observados os termos estabelecidos em tal documento;
- III. invalidade, nulidade ou inexecutibilidade desta Escritura de Emissão (e/ou de qualquer de suas disposições), declarada por decisão judicial transitada em julgado;
- IV. questionamento judicial, pela Companhia, por qualquer Controladora (conforme definido abaixo) e/ou por qualquer Controlada (conforme definido abaixo), desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos demais Documentos das Obrigações e/ou de qualquer das Garantias;
- V. decisão judicial transitada em julgado ou decisão arbitral não sujeita a recurso relativa a qualquer processo, procedimento, ação ou contestação/impugnação envolvendo os direitos políticos na Companhia adquiridos por qualquer das Outorgantes ou ativos que lhes tenham sido alienados/transferidos, em decorrência do processo de recuperação judicial da OGX ou sociedades de seu grupo econômico, desde que tal decisão resulte na transferência ou



alteração do controle da Companhia ou na perda substancial de ativos da Companhia, conforme o caso;

- VI. cessão ou qualquer forma de transferência, no todo ou em parte, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos demais Documentos das Obrigações, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação;
- VII. com relação a qualquer dos bens objeto da Alienação Fiduciária e/ou a qualquer dos direitos a estes inerentes, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária, conforme aplicável, rescisão, distrato, aditamento ou qualquer forma de alteração, alienação, venda, cessão, transferência, permuta, conferência ao capital, comodato, empréstimo, locação, arrendamento, dação em pagamento, endosso, desconto ou qualquer outra forma de transferência ou disposição, inclusive por meio de redução de capital, ou constituição de qualquer Ônus (conforme definido abaixo) (exceto pela Alienação Fiduciária), ou permissão que qualquer dos atos acima seja realizado, em qualquer dos casos deste inciso, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, ainda que para ou em favor de pessoa do mesmo grupo econômico, exceto conforme previsto no Contrato de Alienação Fiduciária;
- VIII. liquidação, dissolução ou extinção da Companhia e/ou de qualquer Controlada Relevante (conforme definido abaixo), exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma operação societária que não constitua um Evento de Inadimplemento, nos termos permitidos pelo inciso XII abaixo;
- IX. (a) decretação de falência ou insolvência da Companhia e/ou de qualquer Controlada; (b) pedido de autofalência formulado pela Companhia e/ou por qualquer Controlada; (c) pedido de falência da Companhia e/ou de qualquer Controlada, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; ou (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia e/ou de qualquer Controlada, independentemente do deferimento do respectivo pedido;
- X. ocorrência de qualquer das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil;
- XI. transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para qualquer tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;





- XII. cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia e/ou qualquer Controlada Relevante, exceto:
- (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação; ou
 - (b) exclusivamente no caso de cisão, fusão ou incorporação da Companhia, se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; ou
 - (c) pela incorporação, por qualquer Controladora, de ações de emissão da Companhia; ou
 - (d) pela incorporação, pela Companhia (de modo que a Companhia seja a incorporadora), de qualquer Controlada, ou pela incorporação, pela Companhia (de modo que a Companhia seja a incorporadora), de ações de emissão de qualquer Controlada; ou
 - (e) se realizada exclusivamente entre Controladas;
- XIII. redução de capital social da Companhia com restituição de bens ou valores aos acionistas, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações; ou
- XIV. vencimento antecipado de qualquer dívida ou obrigação financeira da Companhia e/ou de qualquer Controlada (ainda que na condição de garantidora), em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IPCA"), ou seu equivalente em outras moedas.

6.28.2 Constituem Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na



Cláusula 6.28.4 abaixo, qualquer dos eventos previstos em lei e/ou qualquer dos seguintes Eventos de Inadimplemento:

- I. inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer das Outorgantes, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos demais Documentos das Obrigações, não sanado no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico ou para qualquer dos demais Eventos de Inadimplemento;
- II. liquidação, dissolução ou extinção de qualquer Controladora (inclusive se tal Controladora for um fundo de investimento);
- III.
 - (a) decretação de falência ou insolvência de qualquer Controladora;
 - (b) pedido de autofalência formulado por qualquer Controladora;
 - (c) pedido de falência de qualquer Controladora, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; ou (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial de qualquer Controladora, exceto se, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de ocorrência de qualquer de tais eventos, a Companhia oferecer:
 - (a) a amortização antecipada das Debêntures, nos termos da Cláusula 6.19 acima, em valor correspondente a, no mínimo, o percentual do saldo devedor do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debêntures equivalente ao percentual do capital social da Companhia de titularidade do Controlador sujeito a qualquer dos eventos descritos neste inciso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e do prêmio previsto na Cláusula 6.19 acima, sendo facultado aos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, não aceitar a amortização prevista neste inciso, sem que tal fato resulte em um Evento de Inadimplemento; ou
 - (b) fiança bancária em valor correspondente a, no mínimo, o percentual do saldo devedor do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debêntures equivalente ao percentual do capital social da Companhia de titularidade do Controlador sujeito a qualquer dos eventos descritos neste inciso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração



25

imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento;

- IV. (a) intervenção, administração especial temporária ou liquidação extrajudicial de qualquer administrador de qualquer Controladora que seja um fundo; (b) decretação de falência ou insolvência de qualquer administrador de qualquer Controladora que seja um fundo; (c) pedido de autofalência formulado por qualquer administrador de qualquer Controladora que seja um fundo; ou (d) pedido de falência de qualquer administrador de qualquer Controladora que seja um fundo, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal, exceto se, no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data de ocorrência de qualquer dos eventos previstos neste inciso, tal administrador seja substituído por instituição de primeira linha que preste serviços de administração de fundos de investimento;
- V. invalidade, nulidade ou inexecutabilidade de qualquer dos demais Documentos das Obrigações (e/ou de qualquer de suas disposições relevantes, a critério dos Debenturistas), desde que comprovada por decisão judicial, ainda que sujeita a recurso;
- VI. com relação a qualquer dos bens objeto da Cessão Fiduciária e/ou a qualquer dos direitos a estes inerentes, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, conforme aplicável, rescisão, distrato, aditamento ou qualquer forma de alteração, alienação, venda, cessão, transferência, permuta, conferência ao capital, comodato, empréstimo, locação, arrendamento, dação em pagamento, endosso, desconto ou qualquer outra forma de transferência ou disposição, inclusive por meio de redução de capital, ou constituição de qualquer Ônus (exceto pela Cessão Fiduciária), ou permissão que qualquer dos atos acima seja realizado, em qualquer dos casos deste inciso, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, ainda que para ou em favor de pessoa do mesmo grupo econômico, exceto conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária;
- VII. não atendimento, após decorridos eventuais prazos de cura previstos nos Contratos de Garantia, ao Percentual da Alienação Fiduciária previsto na Cláusula 6.11.2 acima, inciso III, observado o disposto no Contrato de Assunção de Obrigações;
- VIII. não atendimento, após decorridos eventuais prazos de cura previstos nos Contratos de Garantia, às obrigações de reforço e/ou aos limites, percentuais e/ou valores das Garantias, incluindo o não atendimento

25



ao Percentual da Alienação Fiduciária (exceto pelo previsto no inciso VII acima) e/ou ao Percentual da Cessão Fiduciária;

- IX. não utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos da Cláusula 4 acima;
- X. alteração ou transferência do controle (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), direto ou indireto, da Companhia e/ou de qualquer Controlada Relevante, exceto:
- (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação; ou
 - (b) por operação que resulte na aquisição, pelo Cambuhy FIP, de ações de emissão da Companhia correspondentes a, no mínimo, a maioria do capital social votante da Companhia; ou
 - (c) por qualquer operação de venda, cessão ou transferência de ações representativas do capital social da Companhia que seja realizada exclusivamente entre a E.ON e a Eneva;
 - (d) por operação que tenha por objeto cotas de emissão do Cambuhy FIP, desde que, cumulativamente, (i) não haja alteração de seu atual gestor; e (ii) não haja alteração ou transferência do controle de Cambuhy Investimentos; ou
 - (e) por operação que resulte na alteração ou transferência do controle da E.ON ou da Eneva;
- XI. alteração do objeto social da Companhia e/ou de qualquer Controlada Relevante, conforme disposto em seu estatuto social ou contrato social, conforme o caso, vigente na Data de Emissão, exceto se:
- (a) previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação; ou
 - (b) não resultar em alteração da atividade principal da Companhia ou da respectiva Controlada Relevante;
- XII. comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Companhia e/ou por qualquer das Outorgantes e/ou pela Cambuhy Investimentos nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos demais Documentos das Obrigações é falsa ou incorreta em qualquer aspecto relevante;



27

- XIII. inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada (ainda que na condição de garantidora), de qualquer dívida ou obrigação financeira em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, ou seu equivalente em outras moedas;
- XIV. protesto de títulos contra a Companhia e/ou qualquer Controlada (ainda que na condição de garantidora), em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de 10 (dez) dias contados da data do referido protesto, tiver sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário que o(s) protesto(s) foi(ram) cancelado(s) ou suspenso(s);
- XV. inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, de qualquer decisão judicial transitada em julgado e/ou de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso, contra a Companhia e/ou qualquer Controlada, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento;
- XVI. extinção, suspensão ou transferência (total ou parcial) de qualquer concessão, permissão e/ou autorização concedida à Companhia e/ou a qualquer Controlada Relevante, ou intervenção, pelo Poder Concedente, em qualquer concessão, permissão e/ou autorização concedida à Companhia e/ou a qualquer Controlada Relevante e/ou na Companhia e/ou em qualquer Controlada Relevante, exceto:
- (a) se, no prazo de 30 (trinta) Dias Úteis contados da data da respectiva extinção, suspensão ou transferência, a respectiva extinção, suspensão ou transferência for suspensa por meios judiciais e/ou administrativos; ou
 - (b) por aquelas cuja ausência não possa causar um Efeito Adverso Relevante (conforme definido abaixo);
- XVII. ocorrência, desde que devidamente comprovada, de qualquer evento ou situação que possa causar (a) qualquer efeito adverso relevante na situação (financeira ou de outra natureza), nos negócios, nos bens e/ou nos resultados operacionais da Companhia e/ou de qualquer Controlada Relevante; e/ou (b) qualquer efeito adverso relevante na capacidade (i) da Companhia de cumprir qualquer de suas

27



obrigações nos termos desta Escritura de Emissão; e/ou (ii) da Companhia e/ou de qualquer das Outorgantes e/ou da Cambuhy Investimentos de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos de qualquer dos demais Documentos das Obrigações ("Efeito Adverso Relevante");

XVIII. cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativo(s), incluindo os Campos de Gavião Real e Gavião Azul, exceto (observado que as exceções abaixo não se aplicam a qualquer dos bens objeto das Garantias):

- (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;
- (b) pelas vendas de estoque no curso normal de seus negócios;
- (c) por cessão, venda, alienação e/ou transferência de ativo(s) para qualquer Controlada Relevante; ou
- (d) por cessão, venda, alienação e/ou transferência de ativo(s) em valor, por cada período de 12 (doze) meses desde a Data de Emissão, individual ou agregado, igual ou inferior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, ou seu equivalente em outras moedas;

XIX. constituição de qualquer Ônus (conforme definido abaixo) sobre ativo(s) da Companhia e/ou de qualquer Controlada Relevante, exceto (observado que as exceções abaixo não se aplicam a qualquer dos bens objeto das Garantias):

- (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;
- (b) por Ônus existentes na Data de Emissão, conforme previsto nas notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia (conforme definido abaixo) então mais recentes na Data de Emissão;
- (c) por Ônus constituídos em decorrência de renovações ou substituições ou repactuações, totais ou parciais, de dívidas existentes na Data de Emissão, desde que o Ônus seja constituído exclusivamente sobre o ativo que garante a dívida renovada, substituída ou repactuada;





29

- (d) por Ônus existentes sobre qualquer ativo de qualquer sociedade no momento em que tal sociedade se torne uma Controlada e que não tenha sido criado em virtude ou em antecipação a esse evento;
- (e) por Ônus constituídos para financiar a aquisição, após a Data de Emissão, de qualquer ativo, desde que o Ônus seja constituído exclusivamente sobre o ativo adquirido;
- (f) por Ônus constituídos sobre valores recebidos em contrapartida à venda de qualquer ativo, desde que tal Ônus seja constituído exclusivamente para garantir eventuais contingências relacionadas ao ativo vendido;
- (g) por Ônus constituídos em decorrência de exigência do licitante em concorrências públicas ou privadas (*performance bond*), até o limite e prazo determinados nos documentos relativos à respectiva concorrência;
- (h) por Ônus constituídos no âmbito de processos judiciais ou administrativos;
- (i) por Ônus constituídos no âmbito de dívidas, empréstimos e/ou financiamentos contratados nos termos do inciso XXII abaixo, alínea (a); ou
- (j) por Ônus constituídos no âmbito de dívidas, empréstimos e/ou financiamentos contratados nos termos do inciso XXII abaixo, alínea (b), desde que o valor dos bens objeto de tal Ônus, de forma individual ou agregada, não excedam 120% (cento e vinte por cento) do valor da respectiva dívida, empréstimo ou financiamento;

XX. desapropriação, confisco ou qualquer outro ato de qualquer entidade governamental de qualquer jurisdição que resulte na perda definitiva, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada Relevante, da propriedade e/ou da posse direta ou indireta da totalidade ou de parte substancial de seus ativos;

XXI. distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de proventos, incluindo dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de recursos aos acionistas da Companhia, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente na Data de Emissão, nos seguintes casos:

- (a) caso tenha ocorrido e esteja vigente qualquer Evento de Inadimplemento, mesmo que não tenha sido declarado o

201